

TONIOL, Rodrigo. *Do Espírito na Saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil*. São Paulo: LiberArs, 2018.*Amanda Bartolomeu Santos¹**Recebido em: 5/02/2020**Aceito em: 16/04/2020*

O livro, publicado em 2018, origina-se da tese de doutorado defendida por Rodrigo Toniol, em 2015, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Trata-se de uma etnografia do processo de institucionalização da oferta e do uso de terapias alternativas/complementares no SUS. Toniol opta pelo o termo composto “terapias alternativas/complementares”, como solução parcial que reconhece o caráter instável da denominação dessas práticas. O termo composto permite uma diferenciação, em relação ao termo oficial “práticas integrativas e complementares” (PICs), interessante na medida em que a pesquisa tem como foco o trabalho para a transformação de uma “terapia alternativa/complementar” em uma PIC.

O autor aborda as instâncias de formulação das políticas das PICs a partir de leis, resoluções, textos acadêmicos, notícias, relatórios, observação de seminário e congressos. O que o permite contextualizar a discussão: no cenário brasileiro, com a formulação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no contexto da Organização Mundial de Saúde (OMS), e no meio científico de algumas sociedades médicas. Além disso, Toniol realizou observações nas reuniões para a

1. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

elaboração da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares (Pepic/RS). Participação que foi autorizada como “observador-convidado”, pelo fato de que quando se apresenta solicitando a entrada já havia acumulado mais dados e informações (nos 6 meses anteriores de campo) sobre a oferta das terapias, do que a Secretaria dispunha para o começo dos trabalhos.

Todo seu o trabalho de campo foi realizado entre março de 2012 e dezembro de 2013. E inclui também observações realizadas na rotina de serviços de saúde em Porto Alegre, Uruguaiana e Severiano de Almeida (duas cidades do interior do RS). No entanto, o autor opta por não abordar neste livro, os serviços de Uruguaiana e de um ambulatório de Porto Alegre. Além disso, são mencionadas, no livro, visitas a outras cidades do interior, o que nos permite inferir um amplo material de pesquisa e gera certa curiosidade no leitor sobre o desdobramento em outros trabalhos. O livro é muito bem organizado, dividido em duas partes, três capítulos na primeira e dois na segunda. O início de cada capítulo apresenta o que será discutido e o lugar de sua inserção em relação ao livro, e o final de cada subseção indica o que será discutido na próxima.

No livro são descritos, além das reuniões para formulação da Pepic/RS, três serviços que utilizam as terapias. Toniol ressalta que não tem a pretensão de estabelecer comparações ou trabalhar com a noção de etnografia multissituada, tampouco pretendeu apresentar um conjunto de exemplos médios. A partir de sua opção metodológica, reconhece que a associação dos espaços é resultado de seu próprio percurso, sua relação com os interlocutores e seu esforço analítico. Dialoga com John Law (2004) na proposta de que a pesquisa/texto não apenas descreve realidades sociais, mas as cria, de forma que a etnografia é definida como um ato político. Outro diálogo importante no texto é

com trabalho de Annemarie Mol (2002), que sugere a atenção às práticas cotidianas, trazendo a ideia das performances que instituem (*enact*) realidades. Assim, Toniol descreve os procedimentos rotineiros das PICs como instituidores dessas políticas.

O autor propõe um afastamento de perspectivas dominantes na antropologia que tratam as terapias alternativas/complementares na chave dos fenômenos da *Nova Era*, na medida em que trabalhar com essa categoria geral pode aprisionar a multiplicidade de realidades observadas. Nesse sentido, defende que há uma pluralidade de referências que se associam a essas terapias, de modo que seu o enfoque não esteve no esoterismo e no caráter marginal de seu uso, mas pretendeu ver também os processos de oficialização.

As duas partes em que se divide o livro correspondem também a dois eixos analíticos. O primeiro deles aborda a invenção das PICs. A ideia de invenção ressalta que a categoria PIC, para além de descrever terapias já existentes, também cria o que descreve. A proposta do autor é atentar para o trabalho envolvido em fazer com que determinadas terapias alternativas/complementares existam como PICs. A segunda parte do livro dá maior ênfase à questão das relações entre espiritualidade e saúde, principalmente em seus efeitos nas políticas de PICs. A espiritualidade é abordada como produto histórico de processos discursivos, de forma que sua relação com a categoria “religião” é contingencial e demanda investigações detalhadas das relações contextuais.

O primeiro capítulo do livro nos apresenta a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), de 2006, retomando a trajetória para a formação dessa normativa, além de situá-la no contexto de discussões e resoluções no âmbito da OMS. O texto atenta para quais as terapias incluídas e a relação dessa inclusão com os debates que já ocorriam em instâncias oficiais e/ou

instituições de pesquisa. Uma questão central nesse capítulo, que podemos entrever novamente em outras partes do livro, refere-se às discussões a respeito dos termos empregados no nome da política, apresentando o contexto das escolhas e os sentidos pretendidos com as noções de “práticas”, “complementaridade” e “integralidade”.

No segundo capítulo Toniol descreve a produção da Pepic/RS, a partir de sua participação nas reuniões da comissão que formulou a política entre junho de 2012 e dezembro de 2013. O texto final da Pepic inclui além das terapias que já estavam na PNPIC (fitoterapia, acupuntura, homeopatia crenoterapia e medicina antroposófica), as práticas: terapia floral, reiki, práticas corporais integrativas, terapias manuais e manipulativas, terapia comunitária e dietoterapia, além de outras recomendações. A comissão estabeleceu determinados critérios para o apoio à institucionalização das terapias, no entanto, o autor descreve casos de terapias que atendiam a esses critérios e não foram incluídas na política, como daquelas que não atendiam completamente e foram. O que não pretende denunciar uma parcialidade das decisões, mas explicitar que a avaliação técnica é também política. Apesar da aparência de tecnicidade e razão burocrática nas políticas públicas, elas também se fazem contingencialmente.

No Capítulo 3 entramos em contato com a etnografia das práticas do Ambulatório da Dor e Acupuntura do Centro de Saúde Modelo, em Porto Alegre. Nesse Ambulatório, o autor descreve os procedimentos de agulhamentos para tratamentos de dores feitos a partir de dois tipos de profissionais: médicos que seguem os princípios da medicina tradicional chinesa (MTC), atuando sobre meridianos e canais energéticos; e os médicos que defendem a medicina baseada em evidências, procedendo a partir de técnicas recentes de estimulações intramusculares de zonas neu-

rorreativas específicas. Ambos os modelos terapêuticos são inscritos no sistema de gestão do SUS em rubricas destinadas às PICs, de forma que a terapêutica oficial seria MTC, enquanto a biomédica assume o lugar de “alternativa”. Toniol propõe, a partir desse contexto etnográfico, a reflexão sobre a relação entre PICs e terapias biomédicas, sem defini-la como fundada “*no e pelo contraste*” (p.115), ou em termos bélicos (como dominação, assimilação, etc). Se são produzidas fronteiras entre essas práticas e conhecimentos, a proposição teórica do autor pretende não reificá-las, mas deslocar a ênfase para o trabalho as produz.

Na segunda parte do livro, mais direcionada para a questão da relação entre espiritualidade e os serviços de saúde, o quarto capítulo tem como referência empírica a oferta do reiki, como tratamento complementar à quimioterapia, no setor oncológico do Hospital Conceição em Porto Alegre. Para a decisão sobre a implantação da terapia, o reiki apareceu como uma terapêutica que trabalha a espiritualidade, mas não é religiosa. Esse entendimento, que está presente na Pepic e em diversas instâncias e organismos de gestão à saúde (especialmente na OMS), considera a espiritualidade como uma parte invariante da humanidade e a religião como algo decorrente de escolhas individuais.

Enquanto aplicado seguindo técnicas “mais discretas”, o reiki teve bastante aceitação entre pacientes e profissionais do hospital, quando a terapeuta passa a uma nova técnica (seguindo os mesmos princípios, mas após a conclusão de mais um nível de sua formação), com gestos mais amplos, há uma queda na adesão à terapia por motivos religiosos. Para aqueles que recusaram a terapia, a técnica dizia algo sobre a sua relação com espiritualidade/religião. Se essas presenças da espiritualidade (e suas possíveis relações com a religião) na saúde pública abrem questões para debates sobre secular-

ismo, a posição do autor difere daqueles que buscam revelar o que há de religioso na espiritualidade, ou definir a substância de cada uma das categorias. Toniol argumenta que as relações entre elas são contingenciais, cabendo ao trabalho a descrição de como, nas práticas, são produzidas fronteiras entre espiritualidade e religião.

Por fim, o último capítulo traz o caso de Severiano de Almeida, o qual é reconhecido, pela Secretaria de Saúde e até pelo Ministério, como um exemplo bem-sucedido do uso das PICs. A Secretaria Municipal implantou o Projeto Saúde Integrada, que incluía a instalação de hortos medicinais e a oferta de PICs na atenção básica. Para a secretaria de saúde, o cuidado com a espiritualidade foi estruturante para o projeto. A partir das políticas de PICs foi possível a contratação de parapsicólogos e técnicas responsáveis pelos fitoterápicos. Segundo Toniol, este não foi o único caso, ao longo do trabalho de campo, em que encontrou terapeutas reconhecidos como especialistas em espiritualidade, que entraram no SUS pelas políticas de PICs. Sendo que, para alguns profissionais e gestores, as PICs seriam um caminho para trabalhar a espiritualidade dos usuários. Neste capítulo, Toniol nos mostra também vários investimentos das ciências médicas em pesquisas sobre a relação entre espiritualidade e saúde, com a intenção de acompanhar os efeitos da legitimação da ideia de que “espiritualidade faz bem para saúde” para o cotidiano da prática clínica. Assim, o capítulo atenta para como esse discurso que associa espiritualidade e saúde encontrou nas políticas das PICs um locus para sua realização clínica.

Como ressaltado no *Posfácio* de Fabíola Rohden, o livro traz uma importante contribuição teórico-metodológica que incide sobre a natureza do fazer antropológico, ao nos deslocar de velhos clichês para reconhecer um mundo múltiplo e instável. O livro é de grande relevância para os estudiosos da re-

ligião, bem como para os estudos da ciência. Esta que embora não seja uma o foco inicial do autor, torna-se um eixo ao longo do trabalho de campo, acionada tanto em contextos de afirmação da legitimidade das PICs como de questionamento de sua científicidade. O livro é, também, importante para interessados na saúde pública e na formulação/implantação de políticas.